

Futuro dos Juizados Especiais em debate

10/04/2015 10:12

Campanha Redescobrimdo os Juizados Especiais vai rever Lei 9.099/95



Desa. Vania Bitar a direita com a Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrichi.

A Corregedoria Nacional de Justiça está conclamando todos os magistrados de Juizados Especiais a participarem da Campanha “Redescobrimdo os Juizados Especiais”, lançada em fevereiro deste ano e que visa a releitura da Lei 9.099/95, retomando o ideal de evitar na Justiça Especial os embaraços processuais vivenciados nos processos da Justiça tradicional. Integrado à campanha, o Judiciário paraense, por meio da Coordenadoria dos Juizados Especiais, já está adotando medidas para efetivar as diretrizes da referida Lei e dotar os Juizados e Varas de Juizados da estrutura necessária para fazer frente à essas metas.

Nesta quinta-feira, 9, a desembargadora Vania Fortes Bitar, coordenadora dos Juizados Especiais do TJPA, atendendo a convite da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, idealizadora da campanha, participou, em Brasília, de reunião para debater a programação da campanha, que pretende também priorizar o incremento das ações dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em todo o Brasil.

De acordo com a mensagem da ministra, a Lei 9.099/95 foi criada há 20 anos, proporcionando “o nascimento de uma nova justiça, menos burocratizada e mais próxima dos cidadãos”, para a resolução de causas de menor complexidade. “Durante esse tempo, porém, muitas das principais diretrizes dos Juizados Especiais foram sendo abandonadas, transformadas. Os critérios que devem orientar um processo que ali tramita – oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade – foram se perdendo ao longo do tempo. Consciente desta nova realidade e sabendo de todo o potencial benéfico à Justiça da Lei que ainda é uma das mais modernas da legislação brasileira, a Corregedoria Nacional de Justiça inicia um programa especial, que é o “Redescobrimdo os Juizados Especiais”.

A ministra considera que “o conhecimento adquirido após enfrentar de verdade a criação de uma nova Justiça; uma melhor noção sobre dificuldades e soluções possíveis, e, principalmente, a facilidade possibilitada pelas novas tecnologias só enriquecem essa espécie de retorno às origens”. Dessa maneira, acredita que “a releitura da Lei, somente faz sentido com o abalizado e notório conhecimento de quem realiza as audiências e vive com intensidade os Juizados Especiais diariamente. Somente com esse conhecimento, será possível determinar como a Justiça Especial pode funcionar para atingir o seu principal objetivo: atender o cidadão nas dificuldades conflituosas do dia a dia, caminho único para alcançar a Paz Social”.

Encampando a ideia da campanha, a desembargadora Vania Bitar ressaltou a importância da proposta apresentada, considerando a necessidade da retomada original das diretrizes dos Juizados Especiais. “Como se sabe, os Juizados Especiais foram criados para trilhar o caminho da simplicidade, da informalidade e – principalmente – da celeridade na solução das demandas focadas nas pequenas questões jurídicas. E é esse retorno às origens que pretendemos imprimir aos Juizados Especiais nos próximos dois anos, mais especificamente na submissão aos princípios que emolduraram o seu surgimento”.

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Marinalda Ribeiro

Foto: null / TJPA